

ASSOCIATIVISMO URBANO E DEMOCRATIZAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS *

Renato Raul Boschi

O objetivo deste trabalho é especificar algumas das condições que presidem a lógica de funcionamento de organizações voluntárias em termos de suas implicações para a consolidação de uma ordem democrática. Trata-se de um esforço teórico preliminar de se pensar o papel do novo associativismo em áreas urbanas — mais especificamente da participação popular — frente à conjuntura de abertura política que ora se atravessa no âmbito da sociedade brasileira.

A importância de se focalizar o novo associativismo nesta ótica particular se prende a dois tipos de razões: o primeiro de ordem empírica e o segundo de ordem teórica.

Do ponto de vista empírico é inegável a visibilidade que vem assumindo a emergência de formatos associativos oriundos e vinculados ao realinhamento das forças da sociedade civil nos últimos anos. Longe de se expressar apenas a nível da reorganização partidária acionada no bojo do próprio estado autoritário, tal realinhamento se manifesta a nível da ativação do movimento sindical, da busca por alternativas organizacionais para expressão e canalização de interesses mais imediatos, perpassando classes sociais, distintos segmentos ocupacionais

(*) Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre o tema, ora em realização no IUPERJ sob a direção do autor, tendo como pesquisador associado Sérgio José Pechmann e como pesquisador-assistente Wilson Cruz, a quem agradeço. Agradeço também a Elisa Reis e Eli Diniz — interlocutores de plantão — e a Edmundo Campos, por valiosas sugestões bibliográficas.

e até mesmo áreas geográficas dentro e fora do contexto urbano. Desta forma, além do movimento associacional diretamente ligado à produção, observa-se o surgimento crescente de associações voluntárias centradas em interesses de cunho profissional, religioso, lazer e até mesmo aquelas centradas no interesse de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas na área de serviços e bens coletivos no meio urbano. Lado a lado ao surgimento de tais organizações, observa-se também o despontar de movimentos mais amplos fundados em algum critério de identidade de base — como sexo e cor — além de movimentos ligados à preservação da natureza e afins.

Conquanto todo esse ímpeto associacional não seja exclusivo do contexto brasileiro e, muito menos, em alguns casos sequer exclusivos da conjuntura de redemocratização, pode-se afirmar que a sua existência tem sido um dos ingredientes fundamentais do pluralismo em sociedades com alto grau de institucionalização da ordem democrática, além de ter sido decisivo na superação de regimes autoritários, como ilustram os casos da Espanha e Portugal.

Dada a constatação empírica, a questão teórica que se coloca é de dupla natureza: a) em que medida o novo associativismo expressa e pode vir a consolidar a faceta pluralista do sistema político no Brasil e b) sem perder de vista a especificidade de que um caso da periferia capitalista possa se revestir, qual o tipo de questões que o fenômeno coloca do ponto de vista do estatuto teórico do liberalismo como o quadro mais geral em que tal problemática se insere?

Dada a complexidade envolvida nos problemas acima apontados, tratar-se-á de apontar apenas preliminarmente — como é de praxe — caminhos possíveis para se pensar, do ponto de vista teórico, a relação entre associativismo urbano e ordem liberal.

O ponto de partida para a presente consideração, retomado aqui de reflexão anterior sobre o tema (Boschi: 1979), situa-se num exame da relação proposta no liberalismo — ou pelo menos num de seus veios, o pluralista — entre participação e representação política. Segundo este veio, como é sabido, a participação e constituição de múltiplos grupos de interesse autônomos compensaria, de certa forma, os efeitos restritivos e excludentes da representação, entendida esta particularmente em termos da dimensão partidário-congressual.

Crítica ao funcionamento da democracia em termos da relação participação/representação são tão antigas quanto o próprio conceito clássico surgido na *polis* grega. Recentemen-

te, após a disputa teórica entre elitistas e pluralistas que caracterizou mais de uma década da produção em Ciência Política, novamente se questionam as potencialidades do modelo pluralista de dar conta, seja pela via da representação, seja pela via da pressão de grupos organizados, da expressão e tradução em termos de políticas concretas dos interesses de múltiplas coletividades.

Assim, por exemplo, aponta-se a questão de que o interesse privado tem tendido a substituir o esforço pela implementação de metas coletivas. O individualismo possessivo, fruto de crescentes níveis de mobilização social e autoconsciência, tenderia a estimular a representação organizada de interesses que, por sua vez, na medida em que se burocratiza, levaria ao declínio da vida cívica no processo de tomada de decisões, ao desenvolvimento de lideranças associativas profissionais e, finalmente, a um aumento no volume e variedade de demandas impostas ao sistema político. Conseqüentemente, o ambiente organizacional tenderia a ficar saturado e os interesses que mais necessitariam expressão associacional formal seriam os menos capazes de obtê-la, ao passo que os interesses que mais facilmente encontrariam saídas organizacionais coletivas, os que delas menos careceriam. Um resultado possível deste dilema, definido como "o paradoxo da associabilidade liberal" seria o corporativismo societal. (Schmitter: 1979).

Outra solução freqüentemente apontada como alternativa às restrições do mecanismo representativo e que tem adquirido voga tanto no âmbito de pensadores liberais quanto no seio da esquerda (que também aponta as limitações do socialismo no tocante à participação) consiste em especulações sobre a democracia direta ou participatória (por exemplo, MacPherson 1977, Bobbio 1979). Experiências históricas houve no âmbito deste experimento, o caso suíço talvez tipificando a utilização do *referendum* popular ou plebiscitarismo numa escala mais ampla. Contudo, a vigência de experimentos de ampla participação se restringiu a períodos de vazios jurídico-institucionais como instrumentos para legitimação e consenso para novos regimes constitucionais. No mais das vezes, a viabilidade de uma democracia participatória se restringe ao nível micro, sendo impossível se eliminar de cena mecanismos representativos, como faz crer a própria proposta do modelo hierárquico e piramidal de democracia participatória sugerido por MacPherson (1977).

Experiências de democracia participatória têm surgido, no entanto, no âmbito interno a determinadas organizações, as

quais se caracterizam por rejeitar modelos burocrático-racionais e, por isso mesmo, situando-se como alternativas ao provimento de bens e serviços coletivos *fora* do âmbito da política pública.

Em recente artigo sobre este tipo de organização, Rothchild-Whitt (1979) aponta as principais características do modelo de organização coletivista a partir de um estudo empírico de várias dessas experiências nos Estados Unidos. Segundo o autor, ao passo que para três dos tipos de ação social delineados por Weber — a tradicional, afetiva e racional instrumental — corresponderiam modelos concretos de organização política, o quarto tipo, a ação racional valorativa, não encontraria contrapartida teórica ao nível organizacional.

Tal contrapartida seria o que o autor denomina de organização democrático-coletivista, cujas características, ao longo de algumas dimensões definidas por contraste ao modelo burocrático privilegiado por Weber seriam, de maneira sucinta, as seguintes: 1. a ausência de um princípio de autoridade fundada no indivíduo em função do desempenho do cargo; a autoridade reside, antes, na coletividade como um todo e a obtenção do consenso, sempre fluido e aberto à negociação, seria seu fundamento. 2. A organização coletivista prevê um mínimo de regras estipuladas, as decisões sendo *ad-hoc* e baseadas num cálculo da ética substantiva envolvida na situação. 3. Os controles sociais são baseados em apelos moralísticos e personalistas e na seleção de pessoal homogêneo. 4. Em termos de relações sociais, prevalece o ideal da comunidade na base das relações pessoais. 5. Ausência de posições hierárquicas e emprego baseado em critérios de amizade com avaliação informal de conhecimentos e habilidades. 6. A estrutura de incentivos, ao invés de privilegiar os de tipo remunerativo, confere primazia aos incentivos normativos e de solidariedade. 7. Não há distribuição isomórfica de prestígio, privilégio e poder e as recompensas diferenciais são limitadas à comunidade. 8. Por fim, há uma mínima divisão do trabalho, particularmente reduzida ao longo da dimensão intelectual/manual e uma desmistificação do critério de especialização através da rotatividade de tarefas e funções.

Obviamente, o tipo de dificuldade que o modelo democrático-coletivista de organização enfrenta, além da garantia do consenso como um componente interno do seu funcionamento, é o de sua inserção num ambiente organizacional capitalista e burocrático, o que dificulta as suas tarefas de manutenção e sobrevivência. Contudo, é importante reter que este tipo de modelo organizacional — como salienta o autor — não re-

presenta um fracasso na tentativa de se criar organizações burocráticas, mas um modelo alternativo baseado em outro tipo de valores, que basicamente supriria lacunas não satisfeitas pelo modelo de organização complexa característico da democracia representativa.

É dentro desta linha de argumentação, ou seja — a de que a dialética participação/representação não pode ser reduzida a uma dicotomia de termos excludentes como fazem supor algumas colocações que ou privilegiam a participação de massas como um fim em si mesmo, ou exaltam as virtudes essenciais do mecanismo representativo — que eu gostaria de abordar a questão do papel de associações voluntárias emergentes no contexto da redemocratização. Basicamente, meu argumento é o de que tais associações podem significar uma alternativa à via representativa partidário-congressual mas que, como alternativas, elas podem ser complementares e, ainda, para que o novo associativismo tenha um impacto de longo alcance no que diz respeito à consolidação de uma ordem democrática tais organizações teriam eventualmente que instaurar formatos representativos em seu próprio âmbito.

Com toda certeza, este tipo de proposta padece de uma delimitação clara de fronteiras entre o que se pode deduzir a partir de um exame empírico do funcionamento das associações voluntárias e um aspecto normativo acerca de sua evolução provável ou esperada. No entanto, pelas vicissitudes mesmas dentro das quais se opera o processo de consolidação de uma ordem democrática em países ditos da periferia capitalista, tal esforço de raciocínio numa linha de engenharia política é antes produtivo do que abstrato no mau sentido da palavra. Enquanto nos países avançados a própria consolidação da democracia liberal sugere imperfeições no seu funcionamento e estimula a crítica e a busca de novas alternativas de transformação, no nosso caso, enfrenta-se o duplo problema de sequer ter-se vivenciado um período mais longo e estável de vigência da ordem liberal, lado a lado com a tentativa de superação de um regime autoritário bastante sedimentado ao longo de 16 anos e forte o suficiente para não eliminar do cenário de considerações o espectro de retrocessos. Dentro de tal contexto, explorar a viabilidade institucional de novos formatos organizacionais e, sob essa ótica estrita, encarar a questão da participação (no caso presente — a participação extra-sindical e extrapartidária em áreas urbanas) torna-se um exercício de fundamental relevância.

Ao se explorar as potencialidades e limitações de novo tipo de associativismo, é necessário ter em conta a gama de

variações no que se refere ao processo de surgimento das associações, sua composição interna e estrutura de membros, propósitos e metas a serem implementadas e o tipo de vínculos externos que se estabelecem no contexto sócio-político (ou ambiente organizacional) em que operam. Tais variações são importantes na medida mesma em que definem os parâmetros dos estilos, taxas e graus de participação e, em consequência, impactos diferenciais do ponto de vista político. Daí que, ao se conceber tais associações do ponto de vista de instrumentos organizacionais que viabilizam a participação não se esteja valorizando a participação como um fim em si mesmo substitutivo dos mecanismos representativos, e sim procurando-se identificar os arranjos estruturais passíveis de institucionalização ao longo do tempo.

Para se delimitar o foco de atenção apenas aos movimentos sociais urbanos que ocorrem fora da área da produção — no caso as associações de moradores e amigos de bairro — uma série de diferenças sensíveis, com implicações diretas no que tange à participação e por acréscimo à possibilidade de institucionalização, emergem à primeira vista. Não é necessário ir muito longe para se constatar que uma teoria que resgate a categoria “movimentos sociais urbanos” sob um rótulo comum é altamente inadequada. Como salientam Machado da Silva e Ziccardi (1979), a produção teórica que dê conta de tais especificidades é ainda rarefeita, pautando-se por uma produção essencialmente européia por um lado, e, por outro, muito fundada no estudo de casos ainda dispersos.

Assim, num plano mais abrangente, há que se levar em consideração diferenças marcantes no processo de urbanização entre o caso de países europeus e latino-americanos pelo fato mesmo de que, nos primeiros, a extensão de bens e serviços coletivos a diferentes camadas da população tenha se dado num contexto de maior previsibilidade e planejamento, ao passo que, nos últimos, este mesmo processo tenha ocorrido, num grau muito mais elevado, ao sabor dos interesses de grupos dominantes e de maneira mais casuística.

Outra diferença importante a ser sistematizada concerne o próprio âmbito das classes sociais que constituem estes movimentos. Enquanto no caso das classes populares da periferia as demandas se centram primordialmente sobre a questão da posse da terra e são demandas complementares àquelas efetivadas através do sindicato (e, portanto, diretamente vinculadas à reprodução da força de trabalho), no caso das classes médias, elas se dirigem mais primordialmente a benefícios

marginais na qualidade dos bens e serviços públicos aos quais estas camadas, no mais das vezes, já têm acesso.

Em outras palavras, uma distinção importante entre associativismo das camadas populares da periferia urbana e de favelas e associativismo das camadas médias se refere ao fato de que o primeiro tem uma pauta de demanda muito mais diretamente voltada à arena redistributiva, enquanto o segundo se insere primordialmente na arena distributiva. Ademais, para situar o discurso neste campo de teorização sobre políticas públicas (Salisbury 1970), o padrão de demandas do primeiro tende a ser mais fragmentado, enquanto no segundo há uma tendência a que ele seja mais integrado, como se pode deduzir a partir do próprio paradoxo da associabilidade liberal anteriormente aludido e como, de resto, alguns trabalhos na própria linha de movimentos sociais urbanos sugerem (por exemplo Berlinck e Hogan: 1971).

Se é verdade que os recursos organizacionais são diferenciais ao longo das classes, pode-se também pensar que as relações com o meio ambiente estabelecidas por distintas associações também o serão no caso de associações de moradores de favelas e no caso de associações de moradores de bairro. Uma implicação imediata nesta linha de raciocínio tem a ver com o próprio grau de autonomia que as diferentes associações desfrutam. Desta forma, enquanto as primeiras estariam mais sujeitas a um controle direto pelo aparato do estado e, principalmente, mais expostas a manipulações dentro de arranjos clientelistas, as segundas podem gozar de maior autonomia inclusive pela utilização de outros recursos de poder, entre os quais pode-se destacar o acesso a canais de informação.

Outra variação importante, e que se segue desta colocação sobre graus diferenciais de autonomia entre o associativismo de classes populares e classes médias, refere-se à maneira pela qual as associações se inserem numa estrutura organizacional mais ampla de tipo federativo. Enquanto nas primeiras tal inserção é quase um imperativo de sobrevivência das associações e de reforço na implementação de metas, nas segundas a inserção numa estrutura federativa pode ser mais facultada aos interesses internos de determinadas associações.

Em resumo, poder-se-ia afirmar que o associativismo das classes médias urbanas se dá quase que de maneira oposta aos movimentos sociais da classe operária habitando na periferia das grandes cidades. Embora não se queira afirmar que estas variações intraclasses impeçam uma teorização mais

ampla sobre o problema dos movimentos sociais urbanos, tal esforço ainda está por ser empreendido.

Contudo, para que tal esforço seja profícuo — particularmente se se tem em vista qualificar o problema da participação e sua implicação no contexto da redemocratização — é necessário proceder um exame das especificidades do novo associativismo a nível de um mesmo segmento social.

A esta altura seria útil qualificar o atributo "novo" que vem sendo empregado no decorrer deste trabalho para remeter o raciocínio a outra ordem de considerações dentro da linha até aqui empreendida: o padrão de surgimento de associações voluntárias e sua institucionalização ao longo do tempo. Como já se teve oportunidade de salientar, o associativismo não constitui novidade empírica e muito menos teórica no contexto do liberalismo. O novo se referiria, portanto, ao fato de que este associativismo expressa, por um lado, mudanças recentes na estrutura social brasileira — até agora pouco estudadas — e que corresponderia ao padrão de desenvolvimento capitalista verificado na última década.

Como é sabido, este padrão favoreceu a concentração da renda e a acumulação se tornou possível, não apenas pelas altas taxas de mais valia extraídas num contexto de supressão política da classe operária, mas também — e este aspecto tende a não ser enfatizado — pela ampliação do mercado de consumo para setores de classe média. Em outras palavras, para não entrar numa ordem de considerações muito longínqua aos propósitos imediatos do presente trabalho, a novidade do padrão de desenvolvimento foi a expansão da classe média urbana e novo pode ser o impacto de tal expansão sobre o processo político, no sentido de dar conta de altas taxas de mobilização social que emergem em tal contexto.

Dáí o interesse em se focalizar os setores médios urbanos em termos dos formatos organizacionais políticos que lhe são próprios e que não se esgotam na via partidária, como indicam dados preliminares de pesquisa que o autor vem realizando sobre o tema. Para além de uma preocupação em deslocar o foco do estudo de movimentos sociais urbanos de sua ênfase (conquanto não menos relevante) nos setores favelados e de classe operária, os dados de um levantamento prévio levado a efeito no âmbito da referida pesquisa — ainda em fase inicial — sugerem a magnitude do fenômeno associativo típico de classe média na área do Rio de Janeiro. Foram computadas, até o momento, associações voluntárias nos seguintes setores: 10 ligadas a ecologia e defesa do meio ambiente, 24 ligadas a identidade de base (das quais 9 de diferentes etnias, 5 de

negros, 8 de mulheres e 2 de homossexuais) e 32 associações de moradores e amigos de bairro (excluídas as de favela e da periferia). Além disso, foram arroladas 160 associações beneficentes, 270 associações profissionais extra-sindicais, 17 associações recreativas e de lazer, 45 religiosas e outras 30 não classificadas. Não foi ainda possível identificar e classificar o período de surgimento destas diferentes organizações, mas pelo menos no primeiro grupo sabe-se que a maioria é de formação recente ou então foram reativadas em período recente. No que se refere às associações de moradores — foco central de interesse da pesquisa — 50% se concentra na Zona Sul (o que é significativo se se tem em conta, comparativamente ao restante do município, a área e população aí envolvidos além da concentração de bens e serviços públicos urbanos nesta área).

Para se avaliar o importe político deste ímpeto associacional não é suficiente postular, pela via de uma negativa, que sua ocorrência se dá por oposição (ou como um substantivo) à falência dos formatos representativos partidário-congressuais. No que pesem as críticas a esse modelo e o caráter realmente alternativo que a participação em associações voluntárias expressa, é necessário entender que o surgimento de tais organizações se dá num contexto de íntima vinculação com o sistema político e algumas de suas características conjunturais.

As teorias que procuram dar conta da lógica da ação coletiva — particularmente num veio utilitarista muito em voga em anos recentes (Olson 1965, 1970, por exemplo) — voltam-se mais à explicação do por quê as organizações coletivas se sustentam na base da participação individual e de como esse envolvimento ocorre. Contudo, dedicam pouca atenção ao surgimento de organizações voluntárias e, quando o fazem, procuram situar a explicação ao nível de estruturas grupais, como é o caso dos enfoques grupais sobre a política expresso em teorizações como as de Bentley e Truman (Ziegler 1964). Neste veio, a proliferação de grupos de interesse tende a ser situada como uma resposta ao processo crescente de diferenciação social e divisão do trabalho, à situação de crise e incerteza que, em última análise, condicionariam o caráter cíclico que esse processo de formação de organizações assume em diferentes sociedades.

Alguns trabalhos recentes têm procurado dar conta das lacunas apontadas nas vertentes utilitarista e grupal sobre ação coletiva. O trabalho de Wilson (1973) situar-se-ia nesta perspectiva de integrar os aspectos aparentemente conflitantes nas duas abordagens, chamando atenção para os aspectos in-

ternos do funcionamento de diferentes organizações políticas de cunho voluntário (basicamente a função de manutenção) e como estes se relacionam com os aspectos externos (basicamente a função de implementação de metas). A relação entre aspectos internos e externos, especificada para diferentes tipos de organizações políticas (partidos, sindicatos, grupos de interesse, movimentos cívicos, etc.) permitiria avaliar diferenças no processo de institucionalização de coletividades organizadas. Grande ênfase é conferida a um exame da estrutura de incentivos (materiais, solidários e "purposive") e ao papel do executivo organizacional — o empresário que resume a organização e trata de implementar suas metas e garantir a adesão e participação dos seus membros individuais.

No que diz respeito ao contexto político, Wilson salienta que quanto mais centralizada a estrutura política, tanto menos provável será a emergência de associações voluntárias. Outra proposição importante é a de quanto mais alta a posição de classe, tanto maior a chance do envolvimento individual em associações voluntárias — aspecto esse já ressaltado em outras colocações sobre o fenômeno associativo. A junção dessas duas proposições ajuda a compreensão do aparente paradoxo sobre a constatação da emergência de grupos de interesse burgueses num contexto de alta centralização e presença de uma estrutura corporativa (Boschi e Diniz: 1980), o contrário se dando para o caso de associações voluntárias da classe média e classes populares. Em outras palavras, ao passo que para as classes empresariais, dotadas de maiores recursos organizacionais, a centralização opera no sentido de incentivar a busca por metas de tipo remunerativo, para outros segmentos, a descentralização passa a ser um componente adicional de sua carência de recursos organizacionais.

Para se voltar à realidade empírica dos movimentos sociais urbanos de classe média no Rio de Janeiro, observa-se que o processo de constituição de algumas associações foi altamente favorecido por um incremento dos recursos organizacionais destes segmentos que o processo de descentralização política acarretou, eliminando o isolamento individual a nível das comunidades locais e estimulando a percepção de que demandas impostas ao sistema político poderiam ter viabilidade prática. O papel de executivos organizacionais, neste contexto, foi de importância decisiva na mobilização para a ação coletiva.

Conquanto a incidência de incentivos remunerativos (materiais) tenha estado presente no processo de constituição de algumas dessas associações, estes não estariam subjacentes,

por si sós, à criação das organizações. Funcionam também incentivos de tipo solidário que, neste tipo de organização "primária" são de extrema importância, na medida em que podem ser responsáveis pela sustentação de taxas de participação que de outra forma não ocorreriam, pela tendência a prevalecer o mecanismo dos benefícios coletivos apontados por Olson.

Como sugere Pizzorno (1978), o pressuposto utilitarista de um cálculo racional em função de benefícios com a ação coletiva só tenderia a prevalecer em condições de perfeita informação. Desta forma, haveria uma relação entre a implementação de interesses e a criação de uma identidade coletiva que minimiza o cálculo em termos de custo e benefícios, dado que os indivíduos não teriam ainda os critérios com os quais avaliá-los, pelo menos a longo prazo.

Ora, no caso das associações voluntárias em questão, a criação de uma identidade coletiva está flagrantemente presente. Um dos elementos centrais de incentivo à participação nesta fase constitutiva dos movimentos é precisamente a criação de uma identidade coletiva, mais visível no caso de movimentos que apelam para etnia ou sexo o fator básico para o estabelecimento de uma comunalidade de interesses, porém, também, presente no caso das associações de moradores que encontram no espaço geograficamente delimitado da área onde habitam os indivíduos a base para tal comunalidade. A quebra do isolamento individual, a eliminação da ignorância pluralística quanto à possibilidade de se atuar coletivamente para a canalização ao setor público de demandas comuns e mesmo o ideal de uma volta a valores comunitários num contexto urbano caracterizado pela atomização e impessoalidade são todos incentivos à sustentação de taxas significativas de participação.

Neste sentido, para se retornar ao modelo democrático-coletivista anteriormente descrito, é possível afirmar que, com graus variados de aproximação ao tipo ideal, segundo o tipo de associação em questão, todas expressam, em alguma medida, um elemento de contra-organização e a tentativa de transferir para o âmbito interno a realização de princípios associativos democráticos. Grande ênfase é conferida nas reuniões de associações de moradores ao fato de que os ganhos marginais com a participação se expressariam no esforço de um aprendizado democrático retomado após o longo período autoritário ou, nas palavras de um dos líderes locais, no "exercício da cidadania".

Os graus variados em que as diferentes associações replicam o modelo ideal democrático-coletivista têm implicações no tocante à sua manutenção e aos níveis de participação ins-

titucionalizados ao longo do tempo. Desta forma, associações com uma base muito homogênea e delimitadas geograficamente a áreas circunscritas tenderiam a se aproximar mais do modelo de democracia interna e a se organizar numa base mais comunitária para a provisão de bens e serviços. O mesmo não tenderia a ocorrer no caso de associações com uma base de composição muito heterogênea e com uma carga de demandas realizáveis primordialmente através de pressão organizada junto ao setor público. Outros fatores mantidos constantes, pode-se pensar, paradoxalmente, que as primeiras tenderiam a se revestir de maior viabilidade institucional no sentido da sua manutenção, dada a possibilidade de adaptação das metas e um fluxo contínuo de envolvimento individual de amplos setores da comunidade na provisão destes bens e serviços (caso ALMA). No outro lado do contínuo, a institucionalização ficaria a depender de uma transferência progressiva das demandas, da arena distributiva para a arena regulatória, com a conseqüente busca pela institucionalização de formatos viabilizando a participação legítima de membros das diferentes comunidades em organismos de decisão pública a nível municipal.

A discussão de alternativas políticas nesta direção é de altíssima relevância para o sucesso dessas experiências associativas e, portanto, para a consolidação de uma ordem democrática. Ainda que instaurando formatos corporativos societais com a criação de conselhos urbanos, sugestões preliminares nesta direção poderiam ser exploradas. Um exame das potencialidades e limitações do formato federativo que a organização das comunidades de bairro tendem a assumir no plano mais amplo da agregação de seus interesses corresponderia a uma outra alternativa para a efetivação do ideal de democracia interna e sua transposição ao plano societal. Por fim, cumpre examinar, também, para o âmbito dessas associações, sugestões como a de Reis (1979) sobre os anéis burocráticos no âmbito social (ou "countervailing rings") que consiste na replicação de um mecanismo apontado por Cardoso para as classes dominantes em termos do acesso privado a diferentes órgãos de decisão, para o caso de outros segmentos sociais.

Neste sentido, retorna-se à questão sobre a relação entre participação e representação postulada no início do trabalho. Repetindo, embora a via partidário-congressual não signifique uma alternativa excludente à participação pela via associacional local, sua relação com os movimentos urbanos deve ser pensada com extrema cautela. Na medida em que se tratam de organizações "purposive", onde o componente ideológico se faz presente, a tentativa de se sobrepor as estruturas par-

tidárias às organizações de âmbito local poderia estimular a tendência por um decréscimo nas taxas de participação que são vitais ao funcionamento das últimas.

Na especificação do mecanismo do "free-rider" olsoniano, Pizzorno (1978) chama atenção para o fato de que, a longo prazo, a redefinição do incentivo simbólico em termos de uma racionalidade substantiva pautada por parâmetros de redução da incerteza constitui-se numa possibilidade palpável. Neste contexto, o papel da militância tende a ser ressaltado num mesmo veio das propostas que enfatizam a idéia de executivos organizacionais, como um fator de sustentação das entidades coletivas. Se essa militância se caracteriza pelo radicalismo ou por ideologização excessiva das demandas comunitárias, correr-se-ia o risco de minar o novo associativismo como um campo fértil no qual a proposta de consolidação de uma ordem democrática encontra expressão.

BIBLIOGRAFIA

- BERLINCK, Manoel T. & Hogan. "Associações Voluntárias canais de comunicação de massa, informação e adaptação urbana entre classes populares na cidade de São Paulo" mimeo, 1971.
- BOSCHI, Renato Raul. "Notas sobre a Participação e o Reforço do Legislativo", III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: mimeo, 1979.
- CASTELLS, Manuel. *City, Class and Power*, The Macmillan Press, London, 1978.
- DE LUQUE, Luis Aguiar. *Democracia Directa y Estado Constitucional*, Editoriales de Derecho Reunidas.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. "Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais". *Dados* (22) IUPERJ, 1979.
- MACPHERSON, C.B. *A Democracia Liberal — Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- MOISÉS, José Álvaro. "Experiência de Mobilização Popular em São Paulo", XXVII Reunião Anual da SBPC: mimeo, 1975.
- O'DONNELL, Guillermo. "Notas para el Estudio de Procesos de Democratización a partir del Estado Burocrático-autoritário". mimeo, 1979.
- OLSON, Mancur Jr. "Orhodox Theories of Pressure Groups", em Robert Salisbury (ed.), *Interest Group Politics in America*, New York: Harper & Row, Publishers, 1970.
- The Logic of Collective Action*, Cambridge, Harvard University Press, 1965.

- PIZZORNO, Alessandro. "Identity and Interest", Princeton; New Jersey: mimeo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley. "Autoritarismo, Intervencionismo Estatal e Controle do Executivo". III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: mimeo, 1979.
- ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. "The Collectivist Organization: An Alternative To Rational-Bureaucratic Models". *American Sociological Review*, 44 (august) Cornell University: mimeo, 1979.
- SALISBURY, Robert H. "An Exchange Theory of Interest Groups", em Robert H. Salisbury (ed.), *Interest Group Politics in America*. New York: Harper & Row, Publishers, 1970.
- SCHMITTER, Philippe. "Modes of Interest Intermediation and Models of Societal Change in Western Europe". *Comparative Political Studies*, 10, (1), 1977.
- "On Organizing Interests: Speculative Explorations in the Political Economy of Modern Associability", University, of Chicago: mimeo, 1979.
- SILVA, Luis Antônio Machado & ZICCARDI, Alicia. "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Populares Urbanos", III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: mimeo, 1979.
- WILSON, James Q. *Political Organizations*, Basic Books. Inc., Publishers; New York, 1973.
- ZEIGLER, Harmon. *Interest Groups in American Society*, New Jersey: Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1964.